

CONCENTRAÇÃO OCORREU NA PRAÇA DA REPÚBLICA, PROSEGUINDO PARA A PRAÇA DO MUNICÍPIO

Professores de Braga exigem “respeito” e dizem que agora «há ainda mais razões para a luta»

© CARLA ESTEVES

A greve distrital dos professores pela recuperação do tempo congelado prosseguiu, ontem, em Braga, tendo ficado marcada por uma primeira concentração, às 12h15 horas, na Escola Secundária D. Maria II, seguida por uma das grandes manifestações de professores, às 15h00, na Praça da República, que prosseguiu em desfile até à Praça do Município. Longe de ser um motivo para abrandar, o novo regime de concursos, promulgado esta segunda-feira pelo Presidente da República, foi considerado pelos docentes como «mais um motivo para a luta».

À semelhança do que sucedeu no resto do país, nesta greve por distritos, convocada por uma plataforma sindical que reúne nove organizações sindicais, em Braga voltou a estar no centro do protesto dos professores a recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias ainda congelados, mas também o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º esca-



Os docentes concentraram-se na Praça da República e desfilaram até à Praça do Município

lões da carreira. Outra das reivindicações é o novo regime de recrutamento de concursos de professores, agora promulgado.

Em declarações ao *Diário do Minho* o coordenador distrital do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), Alexandre Dias, afirmou que «a expectativa sempre foi a de conseguir alcançar em Braga uma das maiores manifestações de que há memória».

«Em causa estão duas questões fundamentais: justiça e respeito. Esses dois valores são intocáveis», afirmou Alexandre Dias, argumentando que «nenhum dos professores nos seus 50 anos conseguirá chegar a metade da carreira, estando em causa em todo este processo a estabilidade profissional».

Justificando que «não existe hoje qualquer atratividade na carreira docente», quando, a título

de exemplo, «há professores com 25 anos de serviço que ainda são contratados», o responsável afirmou que «é impossível ter precários durante uma carreira inteira».

Exigindo transparência nas listas de candidatos às vagas, o coordenador distrital sustentou que deveria haver uma lista graduada, devendo os professores ser recrutados e colocados por graduação profissional, deven-

do os concursos no total de vagas existente.

«O problema é que temos professores do quadro de escola que não conseguem mexer-se lá porque não há vagas e em simultâneo estão bloqueados na sua vida familiar e social», disse.

Sobre as preocupações de muitos pais com o facto dos filhos estarem a perder uma grande parte da componente letiva quando, em alguns casos, vivem anos fundamentais na sua formação, Alexandre Dias lembrou que «quase todos os professores são pais e avós» e «dedicaram a sua vida aos seus alunos e é por eles que não podem desistir, para que o tempo dos alunos nas escolas seja de qualidade e para que seja feito um investimento sério na educação».

«Basta olhar para o Produto Interno Bruto e para o Orçamento de Estado para verificar que o investimento realizado na Educação tem sido meramente infraestrutural e que não há investimento nos recursos humanos», afirmou, acrescentando que «não podem haver

professores de 2.ª, 3.ª, e 4.ª categorias, que só são contratados por necessidades pontuais».

Por seu turno, Lurdes Veiga, da FENPROF, afirmou que «a mensagem “Não paramos” encerra em si o símbolo da persistência dos professores».

«Estamos em maio e se continuamos com esta força é porque a classe se mobilizou e sente que as coisas não estão resolvidas», afirmou, acrescentando que as notícias ontem avançadas acerca da publicação da portaria das vagas para a vinculação de mais de 10 mil professores e o avanço do respetivo concurso, «não altera o formato e a dimensão da luta», sendo que o novo regime de concursos, promulgado pelo Presidente da República, «constitui “outra razão para prosseguir».


«A mensagem é absolutamente clara: “Não paramos” e “respeito”. Não precisamos de mais nenhuma palavra de ordem. “Respeito” para quem está e para o futuro, para aqueles que, esperemos, queiram vir a ser professores», afirmou.



Palavras de ordem, música, bandeiras e megafones marcaram o protesto



Os professores prometem que não vão desistir da luta



Ministro João Costa disse que em 2024 serão disponibilizados 20 mil lugares em quadro de escolas.

Processo de vinculação arranca para 10500 professores

EDUCAÇÃO Após promulgação do novo diploma pelo PR, concurso de vinculação deve arrancar hoje e “permitirá reduzir precariedade para metade”, diz ministro.

Quase 10500 professores vão poder iniciar o seu processo de vinculação aos quadros do Ministério da Educação, com a abertura do concurso anunciado ontem pelo ministro João Costa, após a promulgação pelo Presidente da República do diploma legal sobre o novo regime de recrutamento – aprovado em março pelo Conselho de Ministros e que continua a merecer a contagem dos sindicatos do setor.

“Este é um diploma que tem como foco principal a redução da precariedade dos professores”, defendeu João Costa, em conferência de imprensa, recordando que, entre a vinculação dinâmica e a chamada “norma-travão”, que já vigorava anteriormente, vão entrar para os quadros do Ministério da Educação cerca de 13 mil professores ainda este ano.

De acordo com o novo regime, os professores poderão vincular quando acumularem o equivalente a três anos de serviço, uma alteração que, de acordo com o ministro, permitirá reduzir para metade a precariedade na profissão docente. Por outro lado, as necessidades permanentes das escolas passarão a ser respondidas exclusivamente através dos quadros de escola, com os quadros de zona pedagógica, que

passaram de 10 para 63, a serem “remitidos à sua função original, que é para necessidades não permanentes do sistema”.

Para cumprir esse objetivo, em 2024 deverão ser disponibilizadas cerca de 20 mil lugares em quadro de escola, às quais todos os professores vão poder concorrer “em pé de igualdade”, de acordo com a sua graduação profissional e preferências, de forma a corrigir ultrapassagens na vinculação contestadas há vários anos pelos professores.

Na nota publicada na segunda-feira no sítio oficial da Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou terem sido feitas “várias sugestões” e uma “proposta concreta sobre vinculação dos professores, no sentido de a tornar mais estável”, que não foram acolhidas pelo Governo.

Questionado sobre as palavras do chefe de Estado, o ministro da Educação disse apenas que “em todos os processos que envolvem legislação promulgada pelo senhor Presidente da República, é frequente termos interações normais e não há aqui nada que seja novo ou surpreendente”.

Já os sindicatos de professores continuam a ver no novo regime de concursos “uma razão acrescida para a luta”, referiu ontem António Pinto, do Sindicato dos

Professores da Zona Norte, em Braga, onde decorreu ontem a greve por distritos decretada por várias organizações sindicais, entre as quais a FNE e a Fenprof. “Quando o primeiro-ministro diz que o novo regime significará o fim dos dias da casa às costas, está a ser demagógico. Infelizmente, a casa vai mesmo continuar às costas”, apontou, lembrando que os professores serão obrigados a concorrer para todo o país, o que os pode fixar “bem longe de casa”.

Crítico foi também o líder do PSD, Luís Montenegro, que con-

siderou que o diploma não dá “grande estabilidade às escolas” e que a promulgação é um “mais vale isto do que nada”.

1200 alunos sem aulas

Ouvido na comissão parlamentar de Educação e Ciência, o ministro João Costa referiu que são cerca de 1200 os alunos que ainda estão sem aulas a, pelo menos, uma disciplina, contrariando um balanço feito pelo PSD, que alertou para o “risco de colapso” da escola pública, com o deputado António Cunha apontar para 18 mil o número de alunos sem aulas. A realidade, respondeu João Costa, está “muito longe desse número”.

Mobilidade: 20% de declarações falsas

Dos professores em mobilidade por doença que já foram fiscalizados por juntas médicas, cerca de 20% tinham declarações falsas, indicou também o ministro da Educação na audição parlamentar. Em setembro, João Costa tinha anunciado que, por iniciativa do seu Ministério, seriam adjudicadas 7.500 juntas médicas para verificar a regularidade dos processos de mobilidade, cujo regime foi alterado no início do ano letivo.

DN/LUSA

• Dos professores em mobilidade por doença que já foram fiscalizados por juntas médicas, cerca de 20% tinham declarações falsas, anunciou o ministro

Regime de concursos é “razão crescida” para luta dos professores

GREVE distrital em Braga juntou cerca de meia centena de professores em frente à Escola D. Maria II. A tarde ficou marcada por uma concentração na Praça da República, com desfile até à Câmara.

ENSINO

| Redacção/Lusa |

A greve de professores por distritos decorreu ontem em Braga, com os docentes a considerarem que agora têm uma “razão crescida” para a luta: o novo regime de concursos, promulgado na segunda-feira pelo Presidente da República.

“Quando o primeiro-ministro diz que o novo regime significará para muitos professores o fim dos dias da casa às costas, está a ser demagógico. Infelizmente, a casa vai mesmo continuar às costas”, referiu António Pinto, do Sindicato dos Professores da Zona Norte.

Lembrou que os professores vão ser obrigados a concorrer para todo o país, o que os pode fixar “bem longe de casa”.

“Até pode acabar com a precariedade em termos de vínculo, mas, se um professor de Braga for obrigado a ir para Lisboa, para o Alentejo ou para o Algarve, que estabilidade é que isso significa para a sua vida familiar e que saúde é que isso significa para o seu orçamento?”, questionou.

Para aquele sindicalista, o diploma dos concursos demonstra a “falta de respeito” do Governo para com os professores.

“O Presidente da República apresentou 10 propostas de alte-



ROSA SANTOS

Docentes concentraram-se em frente à Escola Secundária D. Maria II, antes de seguirem para a concentração na Praça da República

ração mas o Governo não acatou uma única que fosse”, criticou.

Críticas corroboradas por Lurdes Veiga, do Sindicato dos Professores do Norte, que disse que o diploma constitui “mais um problema” para os docentes e mais um “forte motivo” para a luta.

“Dizer que acaba com a casa às costas é uma enorme demagogia”, referiu.

A greve distrital de ontem em

Braga juntou, pelas 12 horas, cerca de meia centena de professores em frente à Escola Secundária D. Maria II, decorrendo ainda, de tarde, uma concentração na Praça da República seguida de desfile até à Praça do Município.

Entre os muitos cartazes e palavras de ordem, sobressaía uma tarja em que se lia ‘Um país que põe a escola em último nunca estará em primeiro’.

A contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira era uma das reivindicações mais ouvidas, a par da estabilização perto da área de residência, para poder conciliar a vida profissional com a vida familiar.

“A minha vida dava um filme”, atirou Emília Guimarães, professora há 20 anos, natural de Braga, que já andou pela Madeira, Açores, Lisboa e Marco de

Canaveses.

Agora, provisoriamente, está há três anos em Braga, ao abrigo da mobilidade por doença, mas receia que a qualquer momento tenha de fazer as malas e voltar para Lisboa, onde efectivou.

“Isto permite alguma estabilidade? Claro que não permite. Se calhar, é por isso que eu sou solteira”, referiu.

Emília está no 4.º escalão, quando, como adianta, “já poderia estar no 6.º ou 7.º”.

“O tempo que trabalhamos tem de ser integralmente contabilizado, não pode ser de outra forma, é tempo que é nosso, que demos ao ensino e ao país”, reclamou.

Aproveitando a melodia do ‘Bela Ciao’, os professores entoaram o recado: “Senhor ministro, para e escuta, tens os professores numa tremenda luta. Pelos alunos, pela educação, dá valor a esta acção”.

“Não podemos desistir, não vamos desistir”, referia uma professora.

As greves distritais, que decorrem até sexta-feira, foram convocadas por uma plataforma de nove sindicatos.



A contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira era uma das reivindicações mais ouvidas, a par da estabilização perto da área de residência, para poder conciliar a vida profissional com a vida familiar.

Atualidade II Contestação



ENSINO

Professores revoltados com armadilha no concurso

Professores manifestaram-se ontem em Braga, onde decorreu a greve por distritos. Hoje é em Beja

EDUCAÇÃO Ministério abre quase 13 mil vagas para vinculação, mas docentes admitem continuar a contrato, por causa do novo regime de concursos que obriga a concorrer ao País todo ♦ **MINISTRO** Garante que docentes podem depois aproximar-se de casa

Bernardo Esteves

● O Governo publicou o novo diploma de concursos e abriu 12 800 vagas para entrada nos quadros, mas os professores estão revoltados com uma armadilha no novo regime que obriga a concorrer a todo o País em 2024 para vincular. Muitos docentes admitem mesmo continuar com contrato a prazo, abdicando de concorrer à nova

vinculação dinâmica, que permite a entrada nos quadros a quem tem três anos de serviço, 360 dias dos quais nos dois últimos anos, e contrato ativo a 31 de dezembro.

“Cada professor terá de fazer a sua opção. Muitos vão preferir continuar a contrato e ficar mais perto de casa, do que vincular, ter de concorrer a todo o País e ficar muito longe da residência”, disse ao **CM** José Feliciano

Costa, secretário-geral adjunto da Fenprof, que teme que o novo regime possa levar “um número significativo de professores a abandonar a profissão”.

Primeiro-ministro e ministro da Educação têm insistido que o novo regime acaba com os professores de casa às costas. João Costa disse ontem que a precariedade será “reduzida em 50 por cento”, mas os sindicatos contestam.

30 km

Docentes horário zero vão ensinar em escolas distantes 30 km, com ajudas de custo

“Infelizmente, a casa vai mesmo continuar às costas. O novo regime até pode acabar com a precariedade em

termos de vínculo, mas se um professor de Braga for obrigado a ir para Lisboa, que estabilidade é que isso significa para a sua vida familiar”, afirmou António Pinto, do Sindicato dos Professores da Zona Norte, acusando o Governo de “demagogia” e “falta de respeito” para com os professores.

Já o ministro da Educação garantiu que em 2024 vão ser abertas 20 mil vagas de quadro de escola. João Costa assegura que mesmo tendo de concorrer a todo o País, os candidatos à vinculação dinâmica terão a mesma prioridade dos docentes do quadro e poderão passar à frente de casos que tenham mais tempo de serviço. O ministro assegura ainda que estes docentes podem aproximar-se da residência através do concurso anual de mobilidade interna.

E TAMBÉM



Luís Montenegro
Presidente do PSD

PSD ESCOLAS SEM ESTABILIDADE

O presidente do PSD disse que o novo regime não traz “estabilidade às escolas”, a avaliar pela reação dos docentes. Sobre a decisão do Presidente da República de promulgar o diploma, Montenegro disse ter sido “uma espécie de ‘mais vale isto do que nada’”, tendo defendido que era necessária “uma legislação diferente”.

20% de falsos atestados
20% dos professores em mobilidade por doença fiscalizados por juntas médicas tinham declarações falsas, revelou o ministro, sem precisar números.

MARCELO PROPOSTA

O Presidente da República propôs ao Governo que retirasse do novo regime a obrigação de concorrer ao País todo. Segundo o ‘Público’, Marcelo sugeriu que ficassem 3 anos no mesmo quadro de zona pedagógica. O Governo recusou.

SINDICATO
DOCENTES REVOLTADOS P.6

Governo armadilha concurso de professores

Podem ser colocados a centenas
de quilómetros de casa

